

Publicación del premio librevista de ensayo 2022

Por que não nos importamos?

A apatia brasileira diante do genocídio dos povos originários

x Randra Kevelyn Barbosa Barros¹



¹ Randra se apresenta: 26 anos, nasceu na Ilha de Itaparica, Bahia, Brasil. Gosta de caminhar pelas ruas de Itaparica, observar o movimento dos pássaros no céu e escutar o canto das aves. Acredita na política do cotidiano que as marisqueiras e os pescadores fazem em sua cidade. Estuda literaturas e artes indígenas, cursando doutorado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Como pesquisadora, tem publicado artigos sobre narrativas e poemas de escritoras e escritores de diferentes povos originários, assim como acerca dos trabalhos artísticos de autoria indígena.

Não é novidade o processo de apagamento dos povos originários no Brasil, que mal são lembrados pelos não indígenas. O genocídio iniciado com a exploração colonial persiste com força na contemporaneidade. Tanto os territórios indígenas continuam sendo invadidos quanto aqueles indivíduos que estão no âmbito urbano, ocupando diferentes espaços, têm suas identidades negadas. Diante de uma política de morte instaurada pelo governo brasileiro e o racismo anti-indígena praticado cotidianamente, cabe questionar: por que não nos importamos? Por que a morte de pessoas indígenas não comove a sociedade em geral? Por que ficamos inertes diante de crimes tão cruéis contra a humanidade?

Somos ensinados a esquecer da existência indígena desde a nossa infância. Ou melhor, lembramos desses povos de uma maneira muito específica nas aulas de História e Literatura. Nesses momentos, por vezes, lemos em obras didáticas e paradidáticas que esses grupos não são considerados povos autônomos. Durante a formação na educação básica, aprendemos que os “índios” integram o passado da nação. Se fazem presentes no início da colonização portuguesa nessas terras e são representados em alguns períodos da literatura brasileira, especialmente no quinhentismo e no romantismo. A partir desses olhares de fora das culturas originárias, construímos as nossas percepções sobre essas populações, as quais podem se tornar distorcidas se apenas tivermos acesso a essas referências.

Recordo de uma avaliação de História que fiz quando estava na 5ª série, hoje 6º ano, e ajudou a moldar o meu imaginário sobre as culturas dessas comunidades. Escutar com frequência canções como “Brincar de Índio” na escola, quando eu era ainda mais nova, já me fazia ter uma visão preconceituosa acerca das sociedades rotuladas como “índios”. Até porque, parecia que era possível se vestir dessas identidades, assumir uma fantasia folclórica que matava simbolicamente esses corpos. Ora, a cada 19 de abril, no “Dia do Índio”, cresciam atividades de usarmos cocares de papel, pintarmos o rosto com tinta guache e fazermos barulho com a mão na boca,

como se nesses gestos estivéssemos celebrando e homenageando indígenas que existiram no Brasil, mas não estavam presentes naquele momento, teriam sido – portanto – totalmente exterminados. No entanto, a homenagem mascarava as violências: tanto em relação à diversidade de povos vivos e atuantes na sociedade brasileira, quanto no processo educacional que nos fazia internalizar o racismo anti-indígena desde cedo no espaço que deveria desconstruir imagens preconceituosas, e não as alimentar em nossa mente.

Figura 1. Avaliação de História da 1ª unidade – Parte 1

SÉRIE - 5 A DATA: 05/05/2008

Foto

4,0

AVALIAÇÃO DE HISTÓRIA DA 1ª UNIDADE

1º) Qual a data que se comemora o dia do índio?

R = 19 de abril ✓

2º) Quais as diferenças que o homem vive dentro da Sociedade?

R = preto do branco, rico do pobre e racismo ✓

3º) Quais as armas que os índios usam?

R = arco, flecha, lança ✓

Fonte: Arquivo pessoal.

A primeira questão remete à celebração do “dia do índio”, que ocorre em 19 de abril. Lendo no material didático, absorvi essa data como sendo o único momento para se lembrar da existência indígena. Ficou na minha memória e eu poderia repeti-la constantemente, mesmo sem entender o sentido dessa comemoração. Quem são os “índios”? Qual a relevância da data? Em 2021, diante da proposição da deputada federal Joênia Wapichana – única indígena na Câmara dos Deputados – foi aprovada a alteração de terminologias: de “Dia do Índio” para “Dia da Resistência dos Povos Indígenas”². Levando em

² Em dezembro de 2021, o projeto de Lei nº 5466/19 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Joênia Wapichana, autora da

consideração que a forma de nomear o mundo reverbera sentidos, foi fundamental esta mudança para desconstruirmos a ideia de “índio” homogêneo e começarmos a pensar na pluralidade de existências indígenas no país, com povos originários múltiplos e de perspectivas diversas.

O arco, a flecha e a lança eram vistas como únicas “armas que os índios usam” (questão 3). Esses instrumentos são utilizados diante da necessidade de caçar alimentos, de se proteger na selva. As armas sugerem que esses grupos vivem apenas nas florestas, em um espaço extremamente distante de mim. Então, essa pergunta e resposta contribuem para elaborar uma imagem de quem seriam os “índios”, com as reduções e limitações de um olhar externo que estava querendo aprender sobre as culturas originárias, mas ainda assim a partir da leitura de referenciais equivocados. Na verdade, esse processo de escolarização de fato estava me educando, mas a partir de um viés colonialista que não concebe indígenas como pessoas.

Figura 2. Avaliação de História da 1ª unidade – Parte 2

4º) Como os humanos se protegem do frio, da chuva e dos animais?
R = com as peles de animais e

5º) O que nos distingue dos animais?
R = o feito de andar, a inteligência

6º) Circule a resposta certa:

a) Os índios se alimentavam de:
Carne crua, arroz, caça e pesca, frutas, raízes e peixes cruz.

b) A data do descobrimento do Brasil é:
22 de abril, 21 de abril, 19 de maio, 10 de abril

c) O dia de Tiradentes foi:
23 de abril, 21 de abril, 19 de abril

Boa Sorte!

Fonte: Arquivo pessoal.

proposta, ressalta que essa mudança valoriza a diversidade de identidades e línguas desses povos (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021).

Além de alimentar a superioridade humana em relação aos outros animais (questão 5), a avaliação sugere a animalização de pessoas indígenas, especialmente porque os não humanos são tratados de maneira inferior na escala do pensamento europeu ocidental. “O que nos distingue dos animais” é o que nos diferencia deles e dos povos indígenas: a relação de convívio e interdependência entre todos os seres. O humano faz parte dessa cadeia, mas se considera fora dela, mais poderoso do que esse sistema, por isso a destruição ambiental e das diferentes espécies não sensibiliza a sociedade. Para disseminar e perpetuar esse pensamento, a educação é uma ferramenta eficaz, pois consegue formar mentes desde a infância. E o que se aprende neste momento pode ser levado para a vida inteira.

A narrativa do descobrimento ensinada é reproduzida e nós a absorvemos, tal como conseguimos repetir espontaneamente que “a data do descobrimento do Brasil é 22 abril”. Nem pensamos sobre os significados da palavra “descobrimento”, não questionamos a existência de diversos povos aqui antes dessa invasão, não nos perguntamos se “descobrir” uma terra habitada é de fato “descobrimento”. Esse dia, junto com a “homenagem” do 19 de abril, fica entranhado nas nossas mentes, na nossa memória, e verbalizamos automaticamente sem ao menos refletir criticamente sobre essas datas.

Do que “os índios se alimentavam” (pergunta 6, letra a)? Aqui essas pessoas já são colocadas em outro tempo, o passado. Nessa linha de raciocínio, só seria possível pensar nestas comunidades se forem aprisionadas na época do início da colonização? As possibilidades de alimentação apresentadas na letra a são restritas: carne crua, arroz, caça e pesca, frutas, raízes e peixes crus. Esta última comida não foi circulada por mim e a professora fez o destaque. Mais uma vez, indígenas viveriam apenas em lugares que lhes permitiriam caçar, plantar e colher a própria comida. Se lembrarmos do tempo antes da colonização portuguesa, não podemos esquecer que as comunidades desenvolveram formas de alimentação muito sofisticadas, as

quais não podem ser pensadas de maneira tão reduzida. Ter acesso a apenas essa informação acerca dos povos originários nas aulas de História nos faz pensar que indígenas só podem comer o que está sugerido na alternativa, não podendo consumir produtos industrializados e vendidos nos supermercados, especialmente aqueles que podem estar em outros espaços além das florestas. Se indígenas são definidos pelo que comem, então teriam suas subjetividades negadas caso não se encaixem nesse padrão de uma visão eurocêntrica.

Encontrar a minha avaliação de História da 5ª série me faz chegar a algumas conclusões: (i) ali, aos dez anos, eu tive acesso a informações sobre o “índio”, soube qual era o seu dia, quais armas usava e o que comia; (ii) de acordo com as questões e com as respostas na prova, pouquíssimos indígenas estariam vivos em 2006; (iii) as comunidades vivem apenas nas florestas. Essas ideias estiveram fixas no meu modo de enxergar essas pessoas, quando lembrava de suas presenças no Brasil de forma bem pontual, geralmente apenas em 19 de abril. A nossa insensibilidade em relação aos povos indígenas é aprendida na escola.

Se indígenas são vistos como não pessoas, então as suas mortes não comovem a sociedade brasileira. Casos de assassinato, violência física e simbólica, racismo, intolerância religiosa contra os povos originários estão presentes em diferentes momentos históricos do país. A política de extermínio é institucionalizada desde a fundação do Brasil como colônia europeia. Em todas as regiões desse imenso lugar, o sangue indígena corre, como diria Ailton Krenak³: “o povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos 8 milhões de quilômetros do Brasil”. Por isso, a política de lembrar dos nomes, para além dos números, é fundamental para manter viva a memória desses corpos e exigir cada vez mais que a justiça seja cumprida.

³ 2015, p. 35

Enquanto dormia

Um índio foi morto
numa parada de ônibus
do planalto central,
em Brasília.

Impossível esquecer
de Galdino Jesus
um guerreiro pataxó
exposto ao preconceito.

Enquanto dormia,
atearam-lhe fogo
em Brasília (GRAÚNA, 2017).

A escritora potiguara Graça Graúna, em 19 de abril de 2017, publicou em seu blog um poema em homenagem a Galdino Jesus, um Pataxó assassinado em 1997. Vinte anos depois, muitas pessoas podem ter esquecido desse crime, que adquiriu repercussão nacional nas mídias televisivas. A escrita é um instrumento de denúncia contra esse descaso. Sob o título “Enquanto dormia”, o texto demonstra a perplexidade da voz poética diante de tanta crueldade. Inicialmente, afirma a situação de um indígena ter sido morto em Brasília, especificando em seguida seu nome e o sobrenome.

O corpo de Galdino foi incendiado enquanto o Pataxó dormia. Quem seria atacado enquanto dorme? Isso mostra o ato de perversidade praticado pelos cinco jovens de classe média alta. E o sujeito poético ressalta que essa atrocidade não pode ser esquecida. Mesmo vinte anos depois, é fundamental lembrar da crueldade desse assassinato. O gesto de lembrar esse crime é essencial para uma atuação no presente, exigindo medidas para evitar a repetição das barbaridades cometidas no passado. No entanto, outros

“Galdinos” continuam sendo vítimas do genocídio e também do descaso do poder público, que trata as populações indígenas como se fossem invisíveis. Assim, o poema dialoga com a notícia para causar também em nós, leitoras e leitores, a indignação diante de tamanha crueldade, injustiça e impunidade⁴. Paulo Freire⁵ discute a “perversidade intolerável” dos homens que ceifaram a vida de Galdino Pataxó: “Cinco adolescentes mataram hoje, barbaramente, um índio pataxó, que dormia tranquilo, numa estação de ônibus, em Brasília. Disseram à polícia que estavam brincando. Que coisa estranha. Brincando de matar. Tocaram fogo no corpo do índio como quem queima uma inutilidade. Um trapo imprestável. Para sua crueldade e seu gosto da morte, o índio não era um tu ou um ele. Era aquilo, aquela coisa ali. Uma espécie de sombra inferior no mundo. Inferior e incômoda, incômoda e ofensiva. [...] Que coisa estranha, brincar de matar índio, de matar gente. Fico a pensar, mergulhado no abismo de uma profunda perplexidade, espantado diante da perversidade intolerável desses moços desgenticando-se, no ambiente em que decresceram em lugar de crescer⁶.”

Matar um indígena foi justificado como sendo uma “brincadeira”, a qual expõe o processo de objetificação a que os povos originários são submetidos. Os agressores não viram Galdino como gente. Pelo contrário, ele seria – como observa Paulo Freire⁷ – “aquilo, aquela coisa ali. Uma espécie de sombra inferior no mundo. Inferior e incômoda, incômoda e ofensiva”. O extermínio do “outro” é uma maneira de afirmar a superioridade do “eu”, que se vangloria

⁴ Cabe lembrar que os executores do crime vivem hoje em liberdade e com cargos no serviço público. A reportagem realizada por Paulo Motoryn, do Brasil de fato, em 2021, discute como esses homens vivem hoje:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/31/governo-bolsonaro-designou-assassino-do-indio-galdino-para-cargo-de-confianca-na-prf> (outubro 2022)

⁵ Freire, 2000, p. 31

⁶ Freire, 2000, p. 31

⁷ Freire, 2000, p. 31

por ter assassinado uma pessoa tratada como “coisa”. A atitude de “brincar de matar índio, de matar gente”⁸ é perversa e mostra que alguns corpos valem menos do que outros e, portanto, podem morrer sem haver uma responsabilização mais dura e justa em relação aos executores do crime. Os cinco jovens sabiam que a posição social que ocupavam, sua condição financeira, os blindavam de serem punidos com mais seriedade. A banalização da vida ocorre também nessas situações em que o genocídio é cotidiano para alguns povos e os criminosos não são devidamente julgados, situação que dá margem para a repetição constante do ataque ao direito de existir.

Em 2022, a ofensiva contra as comunidades originárias persiste e a sociedade brasileira se encontra anestesiada. Esse fato não causa a sensibilização das pessoas para contribuírem com a causa indígena. Nem ao menos existe uma parcela expressiva da população que se indigne, que fique em “profunda perplexidade” e lute contra a “perversidade intolerável”. No mês de abril, acompanhamos notícias chocantes sobre a situação do garimpo ilegal nas terras Yanomami, colocando em risco a vida desse povo.

Em reportagem ao site Brasil de Fato, Murilo Pajolla (2022) apresenta o relato da liderança Júnior Hekurari Yanomami, que afirma que houve o estupro de uma menina de 12 anos por garimpeiros, além de uma criança ter desaparecido em um rio. Isso aconteceu na comunidade Aracaçá, em Roraima: “Segundo Hekurari, a ação dos invasores também resultou no desaparecimento de outra menina, que teria caído do barco em que estava junto com garimpeiros. “A criança está desaparecida dentro do rio. Comunico as autoridades, Ministério Público Federal”, declarou o presidente do Condisi⁹. O relatório “Yanomami Sob Ataque”, divulgado neste mês pela Hutukara Associação Yanomami, aponta que a comunidade Aracaçá está “em vias de

⁸ Freire, 2000, p. 31

⁹ Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kwana (Condisi-YY).

desaparecimento” em função da desagregação social provocada pela atividade¹⁰.

Os índices de violência nas comunidades tem aumentado e há pouca mobilização dos órgãos públicos para evitar o total extermínio do povo Yanomami. As mulheres e meninas, além de enfrentarem o massacre racial, são violadas sexualmente sofrendo a opressão de gênero. É preciso garantir a proteção dessas mulheres e também lutar para que a lei de feminicídio seja aplicada nesses casos.

Em entrevista ao *Mídia Ninja*, Júnior Yanomami explica que teme pelo que pode ter acontecido com o resto da comunidade: “no sobrevoo vimos que a comunidade estava queimada. Segundo relatos, viviam lá, cerca de 24 yanomamis, mas não havia ninguém. Em todos meus 35 anos, nunca vi isso”¹¹. É uma situação que causa perplexidade e revolta, pois “um Yanomami não abandona sua casa, a menos que seja uma situação muito grave. Quem queimou? Por que queimou? Para onde eles foram?”¹². Essas pessoas correm risco, visto que podem sofrer mais violências dos garimpeiros. Por que estamos falando pouco sobre esses crimes e o sofrimento do povo Yanomami? Como alguns brasileiros ainda não sabem dessas barbaridades e algumas das grandes mídias ainda não noticiaram tamanha atrocidade? De que maneira evitar o completo desaparecimento dos Yanomami?

Mídias alternativas coordenadas por indígenas de diferentes comunidades têm denunciado esse genocídio. Nas redes sociais, em especial no Twitter, buscam levantar hashtags para chamar a atenção das pessoas em geral, tal como a campanha *#OndeEstãoOsYanomami*. Há muito tempo indígenas perceberam que precisam se apropriar desses espaços para visibilizar a luta e a resistência, convocando aliadas e aliados para juntar forças contra o projeto institucional de exterminar todos os povos originários. Diante da

¹⁰ PAJOLLA, 2022

¹¹ YANOMAMI, 2022

¹² YANOMAMI, 2022

lentidão do governo para resolver o problema do garimpo ilegal em terras indígenas, que tem ferido a “inviolabilidade do direito à vida”, previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, integrantes desses grupos buscam elaborar uma mobilização autônoma, com parcerias de ativistas de diversas regiões no país e no exterior para ampliar a denúncia da grave situação vivenciada pelo povo Yanomami e outras nações que sofrem com suas casas de reza queimadas, seus territórios invadidos, e membros das comunidades assassinados.

Os versos da canção *Território Ancestral*, de Kaê Guajajara (2019), expõem que os indígenas são tratados como outros diferentes que não deveriam estar vivos: “[...] me perguntam como é que eu cheguei aqui/A verdade é que eu sempre estive”. Esse questionamento provavelmente é escutado pelos jovens que estão no *Twitter* articulando movimentos de resistência ao massacre; também por aquelas e aqueles situados nos centros urbanos, demarcando territórios nas universidades, nas galerias de arte, no mercado literário.

Transitar por diferentes lugares é uma estratégia de resistência, pois “[...] pra me manter viva, preciso resistir/Dizem que não sou de verdade/Que eu não deveria nem estar aqui”¹³. A presença indígena em diversos questiona o preconceito da sociedade nacional, a qual busca o distanciamento desses grupos que poderiam apenas estar situados nas florestas. Existe, na verdade, um incômodo entre os não indígenas quando observam que pessoas de diferentes etnias entram no mesmo espaço que eles, pois ocorre o confronto de estereótipos, do apagamento e do processo de objetificação. Sim, indígenas sempre estiveram aqui, devem continuar estando aqui e o seu direito aos territórios tradicionais precisa ser assegurado pelos órgãos públicos, podendo viver em paz também nas suas comunidades, sem a ameaça de garimpeiros.

¹³ GUAJAJARA, 2019

E nós, não indígenas? Continuaremos apáticos diante da intensificação do genocídio? Daniel Cabixi¹⁴ tece uma leitura interessante das nossas percepções. O indígena Pareci analisa a forma como é visto pelo seu público: “[...] um descendente de índios selvagens, descendente de seres mitológicos índios, está postado diante deles, de calças, camisa e sapatos. Neste momento, a imaginação desse *povo simples* voa pelo mundo da fantasia”. Diante da incapacidade de entender o quão complexos são os universos desses povos, estamos limitados a reproduzir os mesmos questionamentos: “[...] Como será que vivem? O que comem? Será que ele pensa igual a nós? Será que descende de comedores de gente? Terá ele provado alguma carne humana? Tem ele algum sentimento humano de amor e compaixão?”. Aprendi a fazer esse tipo de pergunta na 5ª série, na avaliação de História, com questões que desumanizam as pessoas indígenas e as colocam na “[...] categoria de animais exóticos que habitam a natureza”. Se no pensamento ocidental existe uma superioridade do ser humano em relação aos outros animais, pensar os indígenas nessa classificação seria uma forma de estabelecer uma cisão de afastamento em relação a esses grupos, que estariam mais próximos dos “animais exóticos” do que dos humanos como espelho de si mesmo. A nossa incompreensão em relação a essas culturas também se trata disso: de rejeitar quem não se encaixa nos nossos hábitos, costumes, formas de nos organizar; e não pode ser espelho da gente.

Indígenas estão constantemente entrando no nosso mundo, por vezes de maneira imposta, mas nós não nos deslocamos para tentar compreender e respeitar os universos dessas culturas (“[...] tenho vontade de fazê-los compreender o meu mundo, assim como cheguei a compreender o mundo deles”. Para Daniel Cabixi, “[...] a cegueira etnocêntrica não permite este diálogo franco e sincero”. A cegueira que temos é etnocêntrica e racista, nos

¹⁴ E seguintes citações, em Cabixi, 2000, p. 120

faz pensar nessas comunidades de maneira distorcida, utilizando ainda a lente colonialista.

Precisamos desaprender a nossa apatia, indiferença, que nos guia desde a nossa infância. Se nos perguntarmos por que não nos importamos, lembraremos do nosso processo de escolarização danoso, que reforçou ideias preconceituosas; do fato de que indígenas são vistos como não-pessoas, “animais exóticos”; do pensamento de que essas vidas valem menos do que as outras. Como podemos nos solidarizar com a opressão vivida pelos povos originários? Que acompanhemos as literaturas, artes, produções teóricas e mídias indígenas; que consigamos minimamente dialogar diretamente com essas vozes; que ampliemos o nosso olhar limitado para enxergarmos a diversidade de culturas, línguas, cosmologias dessas comunidades. Não podemos continuar praticando o racismo anti-indígena no Brasil. Lutemos pelo direito à vida e liberdade de todos os povos que vivem no país.

Referências

BITTAR, Paula. *CCJ aprova projeto que muda nome do Dia do Índio para Dia dos Povos Indígenas*, Agência Câmara de Notícias. Publicado em: dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/840049-ccj-aprova-projeto-que-muda-nome-do-dia-do-indio> (outubro 2022).

BRASIL. Capítulo I: *Dois direitos e deveres individuais e coletivos*, *Constituição da República Federativa do Brasil*, Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, Brasília, 2016.

CABIXI, Daniel. *Sou índio*. In: *MUNDURUKU, Daniel. O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*, Editora Angra, São Paulo, 2000.

GRAÚNA, Graça. *Enquanto o Pataxó dormia*. Art'palavra. Publicado em: abril de 2017. Disponível em: <http://ggrauna.blogspot.com/2017/> Acesso em: 30 abr. 2022.

GUAJAJARA, Kaê, *Território ancestral*. Sakkara. Youtube (00:04:55). Publicado em: agosto 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=szzDJahvUS8> (outubro 2022).

KRENAK, Ailton. *Discurso na Assembleia Nacional Constituinte*. In: _Cohn, Sérgio (Org.). Ailton Krenak. *Série Encontros*, Azougue, Rio de Janeiro, 2015, pp. 30-35.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação, cartas pedagógicas e outros escritos*, Editora Unesp, São Paulo, 2000, pp.31-32.

PAJOLLA, Murilo. *Garimpeiros estupram e matam indígena Yanomami de 12 anos, denuncia liderança*, Brasil de fato, Publicado em: 26 abr. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/26/garimpeiros-estupram-e-matam-indigena-yanomami-de-12-anos-denuncia-lideranca> (outubro 2022).

YANOMAMI, Júnior Hekurari. *Depoimento concedido à Mídia Ninja. Comunidade de adolescente estuprada por garimpeiros foi queimada e moradores desapareceram*, Mídia Ninja. Publicado em: 29 abr. 2022. Disponível em: <https://midianinja.org/news/comunidade-yanomami-de-adolescente-estuprada-por-garimpeiros-foi-queimada-e-moradores-desapareceram/> (outubro 2022). ||

www.librevista.com nº49, outubro 2022

